

A GEOGRAFIA-HISTÓRICA DE CARNAUBAIS/RN: um debate a partir da memória das cidades

Júnior Jesuíno Dantas¹  

Josiel de Alencar Guedes²  

Zenis Bezerra Freire³  

DANTAS, Júnior Jesuíno; GUEDES, Josiel de Alencar; FREIRE, Zenis Bezerra. GEOGRAFIA-HISTÓRICA DE CARNAUBAIS/RN: : Um Debate a Partir da Memória das Cidades. *Espaço em Revista*, Catalão, v. 27, n. 1, p. 78-101, 2025. DOI: <https://doi.org/10.70261/er.v27i1.74851> Disponível em: <https://periodicos.ufcat.edu.br/index.php/espaco/article/view/74851>

Esta obra está licenciada com uma Licença [CC BY 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/). Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original.



Recebido: 24/10/2024 | Aceito: 23/12/2024 | Publicado: 08/07/2025

Resumo

A Geografia-Histórica emerge de uma proposta interdisciplinar, unindo dois campos científicos para empregar a relação espaço-tempo de forma conjunta. A presente pesquisa parte dessa perspectiva, com o objetivo de estudar a formação e a transformação espacial de uma pequena comunidade rural denominada Cidade Histórica, que, originalmente, era a sede do município de Carnaubais/RN. A partir das enchentes recorrentes no rio Piranhas-Açu, no ano de 1974 houve uma inundação considerada histórica, que afetou grande parte da cidade. Para compreender esse fenômeno, recorreu-se ao aporte teórico da Geografia-Histórica, fundamentada principalmente nas obras de Vasconcelos (2009), Santos (2006), Corrêa (2000), Abreu (2014) e Wollmann (2015). Com base nesse referencial teórico, a metodologia adotada incluiu levantamento de campo, aplicação de questionários, entrevista semiestruturada e coleta de documentos antigos, como fotografias e jornais. A pesquisa revelou que a cidade antiga perdeu sua centralidade após a construção da nova cidade-sede, sofrendo um processo de transformação socioespacial de forma diacrônica, com recorte temporal do século XIX até o ano de 1976. A enchente de 1974 deixou marcas na população local, alterando a rotina de vida dos cidadãos, as quais estão registradas na memória coletiva da cidade.

Palavras-chave: Cidade-histórica. Memória da Cidade. Enchente. Rio Piranhas.

¹ Formado no curso de Licenciatura em Geografia Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN) Assú, (RN), Brasil, e-mail: juniorjesuino@alu.uern.br

² Bacharel e Licenciado em Geografia, Mestre em Geociências e Doutor em Desenvolvimento e Meio Ambiente, todos pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Natal, (RN), Brasil, e-mail: josielguedes@uern.br

³ Professora do quadro permanente no Departamento de Geografia da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Campus Avançado de Assú. Doutora em Geografia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Assú, (RN), Brasil. e-mail: zenisbezerra@uern.br



THE HISTORICAL-GEOGRAPHY OF CARNAUBAIS/RN: a debate from the memory of cities

Abstract

Historical Geography emerges from an interdisciplinary approach, uniting two scientific fields to jointly employ the space-time relationship. This research adopts this perspective, aiming to study the formation and spatial transformation of a small rural community called Cidade Histórica, which was originally the headquarters of the municipality of Carnaubais/RN. Due to the recurring floods of the Piranhas-Açu River, a historic flood occurred in 1974, affecting a large part of the town. To understand this phenomenon, the theoretical framework of Historical Geography was used, mainly based on the works of Vasconcelos (2009), Santos (2006), Corrêa (2000), Abreu (2014), and Wollmann (2015). Based on this theoretical framework, the methodology adopted included field surveys, questionnaires, semi-structured interviews, and the collection of old documents, such as photographs and newspapers. The research revealed that the old town lost its centrality after the construction of the new city headquarters, undergoing a process of socio-spatial transformation diachronically, with a time frame from the 19th century to the year 1976. The 1974 flood left marks on the local population, changing the citizens' daily lives, which are recorded in the collective memory of the town.

Keywords: Historical city. City memory. Flood. Piranhas river.

INTRODUÇÃO

Por muito tempo, para os geógrafos, seus estudos deveriam ser focados no tempo presente. No entanto, este modo de conceber o espaço viria a se demonstrar carente de lógica, pois a compreensão do espaço presente só é possível através das escalas temporais, como destacado por Santos (2002). Para Santos (2006, p.104), “o modelo sistemas de objetos/sistemas de ações somente se entende como um modelo espaço-temporal”. Consonante a essa compreensão, surgiu a Geografia Histórica, buscando relacionar Geografia e História para uma maior articulação no entendimento dos fenômenos. De acordo com Figueiredo et al. (2019), a Geografia do passado é importante, pois o espaço geográfico se transforma no decorrer do tempo, e a relação espaço-temporal é interdependente, uma vez que, para entendermos as dinâmicas atuais, é preciso recorrer aos espaços no pretérito.

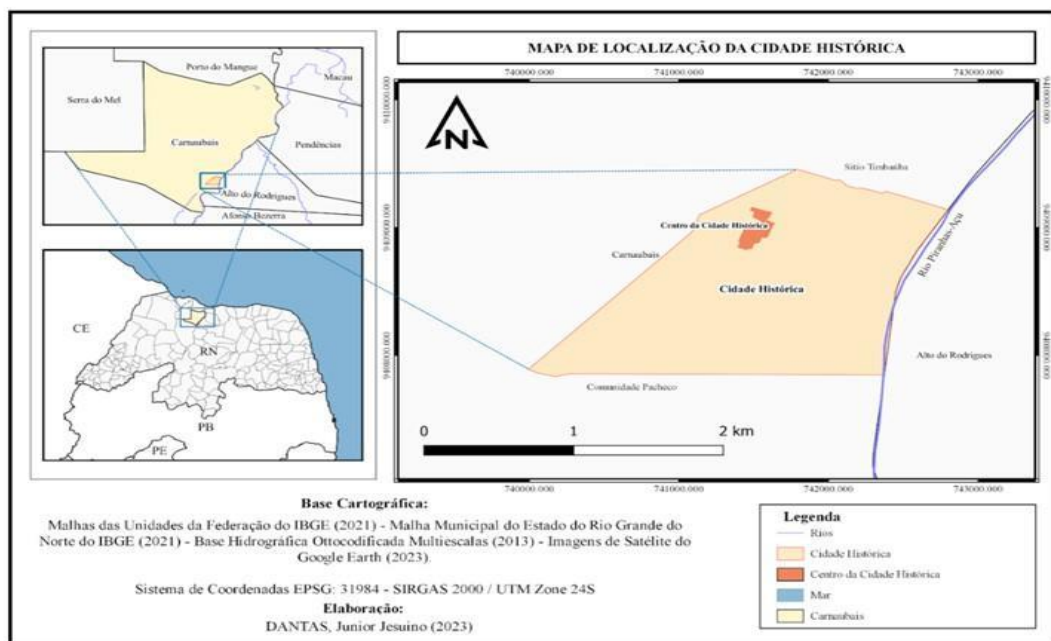
Segundo Carneiro (2018), a Geografia do passado, no seu processo de elaboração científica, em alguns momentos foi abordada de maneira errônea, na qual se faziam estudos de caráter puramente descritivo e altamente físico. O autor entende que o pesquisador que se atém a essa abordagem não pode negligenciar a Geografia e produzir o trabalho como se fosse um historiador. Assim, uma produção científica que usa essa perspectiva deve compreender, em primeiro lugar, que o espaço e o tempo devem ser discutidos e trabalhados de uma forma que se busque explicações e não somente descrições.



Os estudos brasileiros que empregam a perspectiva da Geografia Histórica têm se concentrado, em linhas gerais, nas grandes capitais (Carneiro, 2018). Dessa forma, percebe-se a centralização nas grandes cidades, o que gera uma certa invisibilidade em relação às médias e pequenas cidades. Diante disso, surge o questionamento: somente os grandes centros urbanos importam para a construção e discussão dessa abordagem? Além disso, os mesmos caminhos empregados para a compreensão espaço-tempo de uma grande cidade podem ser usados para entender uma pequena ou média cidade? Em resumo, podemos afirmar que uma Geografia do passado de uma pequena cidade tem sua importância, e discutir os lugares fora dos grandes centros é uma via possível e fundamental para a construção de uma Geografia Histórica brasileira.

Buscando suprir essa lacuna, o presente estudo foca em uma comunidade rural localizada no município de Carnaubais/RN, denominada Cidade Histórica. Essa comunidade possui como uma das suas particularidades o fato de que já foi sede municipal, mas, por consequência da grande enchente do rio Piranhas-Açu em 1974, resultou na construção de uma nova cidade, em uma área mais distante do rio. Dessa forma, a antiga cidade perdeu o status de sede municipal para se tornar uma comunidade rural, ocasionando, nesse sentido, em uma abrupta transformação socioespacial.

Figura 1: Mapa de Localização da Cidade Histórica.



Fonte: Dantas (2023).



Para compreendermos esse processo, recorremos ao aporte teórico fundamentado principalmente nas obras de Vasconcelos (2009), Santos (2006), Corrêa (2000), Abreu (2014) e Wollmann (2015). Conforme Ferreira e Carvalho (2020) e Abreu (2014), no Brasil existem poucos estudos que busquem entender as memórias espaciais e as histórias dos lugares. Com isso, esta pesquisa busca contribuir para suprir essa lacuna.

Este trabalho se assemelha a outras pesquisas realizadas em diferentes localidades com a mesma temática. Por se tratar de uma cidade pequena, as histórias e as geografias locais acabam ficando invisíveis para os moradores. A falta de estudos em caráter local pode acarretar distanciamento ou impedir o conhecimento dos lugares.

A partir desse contexto, emergem alguns questionamentos que nortearam a pesquisa: como ocorreu a formação e as transformações espaciais da cidade de Carnaubais? Quais foram os impactos e mudanças na área de estudo a partir dos desdobramentos da enchente de 1974? Como as vivências dos sujeitos contribuem para a reflexão da memória da cidade?

Com o objetivo de compreender como se deu a formação e as transformações espaciais da cidade de Carnaubais, refletimos sobre os aspectos que levaram à constituição espaço-temporal da área de estudo, discutindo as transformações na cidade a partir da enchente de 1974 e a construção da nova cidade. Além disso, analisamos a construção da memória da cidade por meio das vivências dos sujeitos.

Caminhos metodológicos

Inicialmente, fizemos um levantamento bibliográfico, seguido da pesquisa de campo na cidade histórica, onde realizamos observações in loco e registros fotográficos das paisagens que enriqueceram o estudo, incluindo as casas antigas, ruínas, praça, museu, igreja, rio Piranhas-Açu e monumentos. No Museu Municipal Zulmira Bezerra de Siqueira, identificamos objetos históricos. Fotografias da antiga cidade de Carnaubais foram adquiridas na Secretaria Municipal de Cultura de Carnaubais, além de fontes pessoais de um professor aposentado do município.

Algumas dificuldades surgiram no caminho, dentre elas, a identificação dos lugares nas fotografias devido ao estado de conservação, pois algumas estavam deterioradas, com rasgos e sem datas. No entanto, foi possível identificá-las a partir das narrativas dos moradores e das paisagens locais, especialmente aquelas relacionadas a eventos ocorridos no período.



Para elaborar o mapa de localização da cidade histórica, cruzamos dados coletados em campo com informações obtidas na Secretaria Municipal de Saúde de Carnaubais, utilizando o software QGIS versão 3.4. Foram usados arquivos shapefile das Malhas das Unidades da Federação do IBGE (2021), da Malha Municipal do Estado do Rio Grande do Norte do IBGE (2021) e da Base Hidrográfica Ortocodificada Multiescalas (2013). O recorte da área de estudo teve como base as imagens de satélite do Google Earth (2023).

Realizamos entrevistas semiestruturadas com seis residentes da comunidade, incluindo pessoas que vivenciaram direta ou indiretamente a grande enchente de 1974, tanto as que estavam na cidade quanto as ausentes na época. Outro critério de escolha foi residirem no município antes da cheia, especialmente aqueles que moravam no centro. Com o intuito de resgatar o cotidiano dos sujeitos naquele lugar, entrevistamos também moradores das comunidades rurais do município, considerando a hipótese de que frequentavam o antigo centro, que era o ponto comercial e público mais próximo. Assim, entrevistamos cinco moradores do antigo centro e um da comunidade de Água Branca, também afetada pela enchente. Dos entrevistados, quatro se identificam como homens e dois como mulheres, com idades entre 60 e 85 anos.

Além das entrevistas, utilizamos como fonte documental o documentário “Carnaubais: Nossa Gente, Nossa História”, lançado em 2021, bem como reportagens do jornal Diário de Natal que relataram a enchente de 1974 em Carnaubais.

Características físicas da Cidade Histórica

Segundo a CPRM (2014), o centro da cidade antiga encontra-se a aproximadamente 1 km do leito do rio Piranhas-Açu. A bacia na qual esse curso d'água está inserido é denominada Piancó-Piranhas-Açu, abrangendo uma área de aproximadamente 43.000 km², que se estende pelos estados de Pernambuco e Rio Grande do Norte (ANA, 2017).

Conforme a ANA (2017), um dos principais cursos d'água da Bacia Piancó-Piranhas-Açu é o rio Piranhas-Açu, também conhecido como rio Piranhas, que nasce no estado de Pernambuco, no município de Bonito de Santa Fé, e percorre cerca de 450 km, passando pelos estados da Paraíba e do Rio Grande do Norte até desaguar no município de Macau/RN, no Oceano Atlântico.



A comunidade “Cidade Histórica” está localizada dentro da planície de inundação do rio Piranhas (CPRM, 2010), apresentando uma vasta área de planície de inundação e unidade deposicional recente. Essa área é caracterizada por depósitos de solos areno-argilosos a argilo-arenosos, desenvolvidos pela intensa ação de intemperismo do calcário da formação Jandaíra. Esse processo resulta na deposição de sedimentos que formam os Neossolos Flúvicos eutróficos e, de maneira subordinada, os planossolos hidromórficos e vertissolos hidromórficos, configurando uma superfície sub-horizontal com terrenos de drenagem imperfeita. Essas características conferem à região boa fertilidade do solo, favorecendo as atividades agrícolas.

O clima do município de Carnaubais é muito quente e semiárido, com o período chuvoso concentrado no outono e uma temperatura média anual em torno de 26,5°C (CPRM, 2014). Em relação à sua vegetação, predominam a Caatinga Hiperxerófila, vegetação Halófila e o Carnaubal (CPRM, 2014).

A cidade histórica e sua vivência

Abreu (2014), ao analisar a memória urbana no Brasil, destaca que estamos atualmente vivenciando uma revalorização do passado. Esse cenário de mudança surge como uma forma de resistência à globalização. A instantaneidade das comunicações e a homogeneização do mundo fizeram com que os lugares buscassem resgatar suas singularidades para preservar suas questões identitárias. Outro fator que contribuiu para essa tendência foi a perda do otimismo iluminista. Esse declínio ocorreu em razão das guerras e atrocidades cometidas pela humanidade, abalando a crença na constante evolução da sociedade. Assim, a valorização do futuro diminuiu, dando lugar a um maior interesse pelo passado.

No Brasil, os estudos desenvolvidos sob a perspectiva da Geografia Histórica ainda são considerados incipientes. Apesar dos esforços contínuos dos pensadores brasileiros, não foi estabelecida uma base sólida de disseminação dessa abordagem. Na maioria das pesquisas, observa-se um foco predominante nas grandes cidades, o que acaba negligenciando as memórias das pequenas cidades, tornando-as invisíveis.

Diante desse contexto, o presente estudo tem como recorte espacial a antiga cidade de Carnaubais, atualmente uma comunidade rural do município de mesmo nome. Carnaubais/RN, ao longo de sua história, constituiu duas sedes administrativas, configurando, portanto, dois centros urbanos em períodos distintos. O primeiro centro localizava-se onde hoje é conhecido



como “Cidade Histórica”, “Cidade Antiga” ou “Cidade Velha”. No entanto, após a grande cheia do rio Piranhas-Açu em 1974, a localidade perdeu sua centralidade com a construção da nova cidade-sede.

A comunidade denominada Cidade Histórica está situada na zona rural do município, a aproximadamente 2 km do atual centro urbano. Limita-se a leste com o município de Alto do Rodrigues/RN, onde o rio Piranhas-Açu cruza o território, e a oeste com uma propriedade rural, conectada ao centro por uma estrada carroçável. Ao norte, faz divisa com o rio Timbaúba e a comunidade Sítio Timbaúba, enquanto ao sul é delimitada pelo cruzamento que a liga à comunidade Pacheco. Atualmente, residem na localidade cerca de 25 famílias, totalizando aproximadamente 70 habitantes, conforme dados da Secretaria Municipal de Saúde. No centro da Cidade Histórica, popularmente conhecido como “Rua Velha”, encontram-se a antiga capela de Santa Luzia, um balneário e o Museu Municipal Zulmira Bezerra de Siqueira.

Este estudo discute a memória urbana da antiga cidade de Carnaubais, abordando sua origem como povoado no século XIX até a inauguração da nova cidade-sede em 1976. A análise abrange as transformações espaciais ocorridas ao longo do tempo, com foco na interpretação do período estudado. O tempo é abordado de maneira diacrônica — como uma “flecha” — seguindo a proposta de Santos (2006), que afirma: “[...] seria o tempo cronológico, uma sequência temporal, um após o outro, numa escala inicial, seria minuto após minuto, ano após ano, décadas após décadas e assim sucessivamente”.

O povoado Poço da Lavagem

Antes de se tornar uma cidade, Carnaubais era um povoado conhecido como Poço da Lavagem, nome dado devido à presença de um poço. O primeiro habitante a fixar-se no local foi Antônio Pereira de Albuquerque. No entanto, há divergências em relação à data de sua chegada, uma vez que registros históricos apresentam datas diferentes. Silva et al. (1978) afirmam que Albuquerque chegou em 1825, vindo de Recife. Este estudo, ao realizar uma visita in loco para obtenção de fotografias, corrobora essa data e acrescenta que foi Albuquerque quem construiu a primeira casa de alvenaria no Poço da Lavagem em 1847.

Entretanto, Dantas (2019) relata que essa residência foi construída em 1885, enquanto o site oficial da prefeitura de Carnaubais indica que a chegada do primeiro morador ocorreu em



21 de maio de 1880. Devido a essas contradições, é difícil precisar a data exata da chegada de Albuquerque ao povoado.

No que se refere a essas divergências, considera-se mais adequado afirmar que a chegada de Antônio Pereira de Albuquerque ocorreu no século XIX. Nesse mesmo período, foi construída a primeira casa de alvenaria, consolidando Albuquerque como o primeiro fazendeiro da região. Posteriormente, surgiram outras famílias tradicionais e fazendas, como a de Abel Alberto da Fonseca.

No local denominado Alemão, localizava-se a fazenda de Camilo de Lélis Bezerra. Outras propriedades notáveis incluíam as terras de Elói Lacerda no Arraial e na Arenosa, as terras da família Benevides (Dantas, 2011) e as de Quincas Sena, localizadas às margens do rio Açu e em suas adjacências (Souza, 2011).

Memória da cidade

Tendo como fundamento a proposição de Abreu (2014) sobre a “memória da cidade” e a “memória urbana”, é relevante compreender o que é a memória e quais são as suas subdivisões. A partir dessa divisão, argumentaremos sobre quatro tipos: a memória individual, a memória coletiva, a memória das cidades e a memória urbana.

A memória individual, segundo Abreu (2014), está sujeita a subjetividades e distorções, uma vez que o indivíduo percebe os espaços do passado de forma fluida e muitas vezes pouco fidedigna, influenciado por suas particularidades. O autor separa este espaço geográfico em dois: o “espaço real” e o “espaço da memória”. Apesar dessas limitações, as lembranças dos sujeitos podem contribuir para a compreensão das identidades dos lugares. Nesse sentido, pesquisas sobre “histórias orais” e “memórias dos velhos” vêm surgindo no Brasil, embora ainda faltem análises mais profundas sobre o cerne da memória do sujeito.

As memórias coletivas, por outro lado, caracterizam-se pela intersubjetividade, uma vez que resultam do compartilhamento de lembranças, revelando, entretanto, elementos subjetivos e individuais. Conforme Abreu (2014), a memória coletiva constrói-se nas relações sociais e não se resume a uma simples soma de recordações individuais. Sua complexidade advém do fato de ser formada por diferentes grupos sociais e estar submetida às dinâmicas sociais, o que implica em uma constante dialética.



Além disso, devido à sua natureza coletiva, a memória é volátil e se transforma ao longo do tempo. Abreu (2014) argumenta que um dos mecanismos de preservação da memória coletiva é sua transfiguração como memória histórica, possibilitando a continuidade de lembranças associadas a determinados espaços urbanos e contextualizando os vestígios do passado presentes na paisagem.

Quanto à memória das cidades, é necessário distinguir os termos “memória urbana” e “memória da cidade”. O primeiro está relacionado ao cotidiano da vida urbana e ao acúmulo de experiências nesse ambiente, sem necessariamente estar vinculado a um lugar específico. Já a “memória da cidade” preserva lembranças das vivências em um local específico, com uma base material definida.

Abreu (2014) ressalta que tanto a história quanto a memória não são neutras e que os vestígios do passado, como formas arquitetônicas, documentos ou obras literárias, carregam vieses políticos e ideológicos. Para analisar as memórias espaciais e as morfologias da paisagem, é imprescindível compreender os processos sociais associados a elas. Nesse sentido, a história dos lugares é influenciada por uma relação dialética, em que frequentemente as classes dominantes moldam a narrativa histórica, enquanto as perspectivas das classes oprimidas são negligenciadas.

Nesta pesquisa, considera-se que as memórias retratam a antiga cidade de Carnaubais como uma pequena cidade do interior do Nordeste. Isso é evidenciado em relatos como: “A cidade era parada, sem muita vida” (M.A.C.D, 62, M, 2023) e “Eu acho que era uma cidade pequena, bem arejada e tinha pouco divertimento” (C.A.P.D.S, 66, M, 2023).

Ao analisar essas percepções, recorre-se à reflexão de Andrade (2008) sobre as pequenas cidades nordestinas. Segundo o autor, essas localidades não possuem uma dinâmica econômica bem definida, já que suas atividades predominantes estão ligadas ao setor primário, sobretudo à agropecuária, muitas vezes associadas a grandes propriedades rurais. Além disso, Andrade (2008) observa que as pequenas cidades no Brasil apresentam características híbridas, mesclando hábitos rurais e urbanos.

Embora fosse considerada uma cidade, a antiga Carnaubais apresentava poucas características urbanas, visto que sua economia e os meios de sobrevivência da população dependiam de atividades rurais. No século XIX, destacavam-se a agropecuária, com oficinas de carne de charque, o extrativismo da cera de carnaúba e pequenas irrigações movidas por



moinhos de vento, em um contexto de infraestrutura precária, sem energia elétrica ou motores para bombeamento de água.

Nas propriedades rurais cultivavam-se milho, mandioca, feijão e banana. O cultivo do algodão destacou-se devido à alta demanda internacional (Silva et al., 1978; Dantas, 1983; Souza, 2011). Aos domingos, ocorria a feira livre, fundada por Abel Alberto da Fonseca em 1913 (Melo, 2010). Como relembra F.F.L (60, F): “[...] tinha o mercado e a feira, era dia de domingo, cada um com seu canto”.

Quando perguntamos sobre o comércio, os entrevistados deram ênfase às bodegas presentes. As bodegas de Chico Marques, Adalto Cabral, Toinho de Argelina, lembra J.B.B.C (70, M): a “*cidade histórica era muito pequena, tinha só uma bodega e duas ruas, era a bodega de Antônio Januário, a bodega mais sortida, vendia farinha e gasolina, uma variedade de coisas. O resto era bar, como o de Havanir Domingos*”.

Outro entrevistado afirma que:

“O comércio eram pequenas bodegas. Que vendiam por retalho, o povo era de uma pobreza tão grande, que o povo não comprava perfume, se quisesse passar perfume, comprava umas ou duas tampas, passava ali na hora e pronto. Se vendia por mês (fiado), tinha comércio muito da troca, a gente comprava e pagava com a safra, como exemplo, comprava uma coisa esse mês, só ia pagar daqui a dois a três meses, quando a safra saía, de feijão, algodão, milho, assim faziam a troca” (M.A.C.D, 62, M).

Compreendemos que essas falas expressam a situação social de parcela daquela população, revelando como a pobreza se manifestava fisicamente na paisagem por meio da desigualdade socioespacial. Na histórica cidade carnaubense, essa desigualdade, também compreendida como segregação residencial, é fruto das relações entre as classes sociais, onde as condições de reprodução social dos sujeitos refletiam diretamente na organização espacial da cidade (Corrêa, 2000).

As desigualdades sociais eram evidentes na distribuição da terra, marcada pela concentração fundiária operada conforme os interesses dos grandes proprietários rurais. Além disso, essas disparidades eram visíveis na configuração arquitetônica e na disposição espacial das residências. As casas de alvenaria representavam o substrato social mais privilegiado, sendo construídas apenas por aqueles com melhores condições financeiras. Quanto mais requintada a edificação, maior era o capital de seu proprietário, como exemplificado pelo sobrado de Abel Alberto da Fonseca, um dos homens mais ricos da época (Corrêa, 2000).



Em contrapartida, as classes menos abastadas viviam em casas de taipa, construídas com madeira das carnaúbas e cobertas pelas palhas dessa mesma palmeira. Essas moradias, simples e modestas, refletiam a realidade da população mais pobre. A fala de F.F.L (60, F) ilustra claramente essa divisão ao relatar que sua família trabalhou para Abel Fonseca. Enquanto o patrão habitava a edificação mais adornada da cidade, seus empregados, pertencentes à classe trabalhadora, residiam nas casas de taipa, evidenciando a desigualdade socioespacial.

Além das disparidades habitacionais, a antiga cidade de Carnaubais contava com poucos serviços públicos. No campo da saúde, por exemplo, quase não havia serviços de atendimento público, sendo que médicos e odontólogos visitavam a cidade apenas ocasionalmente. A única farmácia local era gerida por um farmacêutico que, na prática, assumia o papel de médico da comunidade, refletindo a precariedade dos serviços de saúde na época. Como alternativa, a população recorria a chás e remédios caseiros ou buscava atendimento em municípios vizinhos, como Assú/RN, o que só era viável para aqueles com melhores condições financeiras.

Na área da educação, havia três colégios no centro: o Grupo Rural (escola estadual), o Colégio Abel Alberto da Fonseca (escola municipal) e a Escola Brasileira (escola da Igreja Batista). Essas instituições ofereciam, na época, apenas o primeiro grau. As duas primeiras abrangiam da 1ª à 5ª série, enquanto a última oferecia da 1ª à 4ª série. Assim, quem desejasse concluir os estudos precisava sair do município, como foi o caso de C.A.P.D.S (66, M), que se mudou para Mossoró/RN ainda jovem e, posteriormente, se formou em Letras. No entanto, essa alternativa não estava ao alcance de todos, visto que apenas as famílias com melhores condições financeiras conseguiam proporcionar a continuidade dos estudos aos seus filhos.

A limitação educacional e a carência de políticas públicas são destacadas por M.A.C.D (62, M), que relata: “só tinha a prefeitura, só que não tinha políticas públicas, não tinha programas sociais, como essas secretarias que tem hoje, as pessoas iam à porta da prefeitura pedir uma feira”. Esse cenário pode ser parcialmente explicado pela condição política e administrativa da cidade, que antes era um distrito de Assú e só foi emancipado em 18 de setembro de 1963 (Silva et al, 1978). No entanto, grande parte dessas dificuldades estava relacionada ao sistema político vigente, marcado pelo coronelismo. Apesar do olhar saudosista de alguns moradores, é fundamental analisá-lo de forma crítica, como aponta Silvera (1995), já que esse contexto favoreceu a concentração fundiária e consolidou a tradição política dos coronéis do sertão.



A nosso ver, a precariedade dos serviços básicos de saúde e educação é fruto desse processo histórico. Os líderes políticos da época estavam mais interessados na manutenção do poder do que na melhoria dos serviços públicos. O relato de M.A.C.D (62, M) ilustra essa realidade ao afirmar que a prefeitura funcionava basicamente como um local para se pedir comida, evidenciando uma relação paternalista entre governantes e governados. Desse modo, os avanços sociais na cidade foram ínfimos, enquanto a população pouco reivindicava por estar submissa aos interesses dos agentes políticos e econômicos (Silvera, 1995; Leal, 2012).

No que diz respeito à religiosidade, a sociedade na antiga cidade de Carnaubais era predominantemente “cristã”, com destaque para o catolicismo. Segundo a memória coletiva, no centro da cidade havia duas igrejas: a capela de Santa Luzia e o templo da Igreja Batista Regular. A capela de Santa Luzia, no entanto, perdeu parte de seu significado religioso após a cheia de 1974, deixando de sediar missas. O patamar da igreja, antes o ponto central da tradicional festa da padroeira realizada em 13 de dezembro, não abriga mais os animados festejos com bandas de forró. Atualmente, a capela sobrevive como um símbolo cultural e histórico, mantendo uma função simbólica na memória coletiva (Santos, 2006).

As figuras 2 e 3 revelam uma mudança significativa entre dois períodos históricos, evidenciando o descuido com o edifício, atualmente abandonado tanto pela prefeitura quanto pela paróquia de Carnaubais. Esse abandono reflete um enfraquecimento do valor simbólico do local, ao mesmo tempo em que revela as transformações sociais e urbanas da cidade.

No documentário sobre Carnaubais, um senhor relata que seu pai dedicou a vida à luta pela reforma da capela, mas faleceu sem realizar esse sonho. Esse desejo foi transmitido ao filho, que agora se empenha na preservação do edifício e sonha com o dia em que ele esteja plenamente restaurado. Esse relato ilustra como as memórias familiares podem se entrelaçar com a memória coletiva de um lugar, evidenciando a importância simbólica da capela para a identidade local.

Outro aspecto notável nas imagens é a transformação das formas-objetos ao redor da capela. Na década de 70, o entorno era composto por casas e pavimentação de paralelepípedos, conferindo ao local um caráter urbano. Na paisagem atual, parte dessas construções foi demolida e o calçamento removido, restando apenas o chão de areia e a vegetação natural. Esse cenário revela um processo de desurbanização, refletindo mudanças nas dinâmicas socioeconômicas da região.



Figura 2: Capela de Santa Luzia em 1970.



Fonte: Museu Municipal Zulmira Bezerra de Siqueira, década de 1970.

Figura 3: Capela de Santa Luzia em 2022.



Fonte: Pesquisa de campo (2022).

A grande enchente de 1974: da demolição à reconstrução

O espaço geográfico da Cidade Histórica passou por um evento que redefiniu sua configuração territorial: a enchente de 1974. Esse acontecimento não apenas transformou a vida dos habitantes, mas também alterou aspectos estruturais e funcionais daquela sociedade. Para compreender as mudanças ocorridas, é pertinente utilizar o conceito de “períodos densos” abordado por Vasconcelos (2009). Segundo o autor, esses períodos representam momentos de grande intensidade na vida urbana que resultam em transformações espaciais significativas, alterando formas, estruturas e funções urbanas. Essa perspectiva, fundamentada nos conceitos de Fernand Braudel, integra uma metodologia de Geografia Histórica Urbana, permitindo uma releitura dos períodos de curta duração.

Ao aplicar esse conceito à análise da Cidade Histórica, percebe-se que um dos “períodos densos” teve início com a enchente de 1974 e suas repercussões. Esse evento catastrófico provocou um rearranjo urbano, culminando em mudanças na organização espacial entre 1974 e 1976, período que abrange a inundação e a inauguração da nova cidade.

Embora as enchentes no rio Açu não fossem inéditas – fenômeno recorrente na região conhecida como várzea do Açu – a de 1974 foi particularmente devastadora. Registros históricos e memórias dos moradores mais idosos apontam para uma sequência de grandes inundações em anos marcados pelo número 4: 1874, 1924, 1947, 1964 e, finalmente, 1974 (Dantas, 1983).

Wollmann (2015) afirma que:



As enchentes podem ser consideradas uma das consequências da atuação e dinâmica de sistemas naturais sobre a superfície terrestre que maiores alterações provocam no espaço geográfico. Essa dinâmica não se restringe apenas ao aumento da vazão que leva à enchente, mas também aos movimentos atmosféricos, aos processos geomorfológicos e, principalmente, às repercussões ocorridas nas áreas afetadas pelas enchentes, em especial nas áreas urbanas situadas às margens dos rios, onde são processos frequentes (Wollmann, 2015, p.28).

Desta forma, o autor abarcou diferentes perspectivas para o entendimento das enchentes, abordando as visões geomorfológica, ambiental, geossistêmica e climatológica. Faz-se necessário elucidar o significado de alguns termos como inundação, enchente e cheia, pois são largamente utilizados nesta pesquisa. Esses termos, por sua vez, são conceituados de diversas formas por vários autores, o que gera contradições e confusões em sua utilização (Wollmann, 2015). Wollmann (2015) argumenta que o regime fluvial desempenha um papel fundamental nesses fenômenos, pois é por meio dele que ocorre a dinâmica de subida e descida das águas de um corpo hídrico.

O termo “inundação” é atribuído ao evento em que o nível do volume de um rio ultrapassa seu leito menor, transbordando para o leito maior ou para a planície de inundação. As inundações podem ocorrer de diferentes formas, dependendo da relação estabelecida com a bacia hidrográfica, uma vez que as características da bacia interferem diretamente nos eventos de inundação (Köene, 2013).

Os conceitos de inundação e cheia, conforme as conclusões de Wollmann (2015), são frequentemente utilizados como sinônimos, associados a uma ocorrência periódica que normalmente acontece uma vez ao ano, abrangendo a mesma extensão geomorfológica. Já as enchentes, nos estudos geomorfológicos, estão relacionadas às modificações antrópicas na natureza, como a ocupação humana em áreas urbanas, a construção de aterros, a canalização de corpos hídricos, a impermeabilização do solo por asfaltamento e a criação de barragens, que interferem diretamente nos processos de enchente (Delgado, 2020; Wollmann, 2015).

As águas do rio Piranhas-Açu chegaram à cidade histórica em 3 de abril de 1974, numa quarta-feira santa. Ao longo dos dias, o nível da água aumentou rapidamente e, na sexta-feira, a cidade estava completamente inundada, deixando sua população desabrigada (Dantas, 1983). A memória coletiva reforça a rapidez com que o evento ocorreu, relatando que as águas invadiram as casas de forma tão veloz que muitos moradores precisaram fugir às pressas.

Os relatos orais mencionam que, com a cidade totalmente inundada, os moradores buscaram refúgio nas áreas mais altas do município, conhecidas como tabuleiros. Na época,



essas áreas eram pouco habitadas e, quando os residentes da cidade histórica ou de outras comunidades afetadas chegaram aos tabuleiros, abrigaram-se na casa de amigos ou parentes. Contudo, devido ao grande número de desabrigados, não foi possível acomodar todos, e muitos tiveram que se alojar em barracas provisórias fornecidas pelo governo. Em maio do mesmo ano, a Cruz Vermelha Internacional também doou barracas para auxiliar na acomodação das vítimas (Diário de Natal, 1975).

O resgate das pessoas que não conseguiram escapar a tempo foi realizado inicialmente por populares usando canoas, conforme relatado na memória coletiva. As primeiras embarcações a socorrer a população foram as de Manoelzinho Amâncio, Pedro Amâncio, Higino Fonseca e Zé Geminiano (C.A.P.D.S, 66, M). Posteriormente, houve o auxílio das autoridades governamentais, com o prefeito trazendo embarcações de Logradouro e Porto do Mangue, além de solicitar apoio ao governador Cortez Pereira. Assim, a cidade recebeu assistência da defesa civil e do exército.

De acordo com as entrevistas e com Carnaubais (2021), os únicos locais da cidade não atingidos pelas águas foram a Capela de Santa Luzia e o antigo mercado público, que serviram de abrigo para aqueles que aguardavam o socorro. Os automóveis que não puderam ser retirados a tempo foram colocados no patamar da igreja para proteção. Durante o período crítico, o fornecimento de alimentos e remédios foi feito por helicópteros da defesa civil e das forças militares, conforme relatado na memória coletiva e no jornal Diário de Natal (1974).

Em 11 de abril de 1974, Cortez Pereira, então governador do Estado do Rio Grande do Norte, declarou estado de emergência no território potiguar devido à situação calamitosa. Ele destacou que o município de Carnaubais foi o mais afetado pelas enchentes no estado. Para coordenar os esforços de socorro, o governador estabeleceu uma rede de rádios entre os municípios para monitorar as condições locais e solicitou à SUDENE acesso ao fundo de assistência às calamidades públicas (Diário de Natal, 1974).

Em 26 de março, o nível da água começou a baixar, mas a cidade permaneceu deserta, e as canoas ainda eram o principal meio de locomoção (Figuras 4 e 5). A partir dessa data, a enchente foi gradualmente diminuindo até que, em 4 de maio, foi afastado qualquer risco de uma nova inundação (Diário de Natal, 1974). As imagens registradas documentam a magnitude do desastre de 1974.

Figura 4: Cidade histórica na enchente de 1974.

Figura 5: Canoeiros durante na enchente de 1974.





Fonte: Museu Municipal Zulmira Bezerra de Siqueira (1974).

O fenômeno de inundação na “Cidade Antiga” ocorreu devido a diversos fatores relacionados às características naturais da bacia hidrográfica (Köene, 2013). A população de Carnaubais sofreu inúmeros prejuízos, conforme relatado pela memória coletiva, incluindo a perda de plantações, rebanhos de animais e a destruição de várias casas, especialmente as moradias de taipa. Além dos danos materiais, houve impactos emocionais e na saúde da população. C.A.P.D.S (66, M) recorda: “Teve doença nos mais velhos e nas crianças, como diarreia e esquistossomose, e algumas pessoas foram afetadas emocionalmente, por não terem condições de reconstruir de imediato suas cercas, suas casas e suas plantações”. Um dos entrevistados lembrou que, após a enchente, seu pai contraiu uma doença grave e precisou conviver com ela até o fim da vida, trabalhando mesmo doente para recuperar as perdas ocasionadas pela destruição da lavoura pelas águas. Quando o nível da água baixou, os moradores enfrentaram o desafio de reconstruir suas vidas, lutando pela sobrevivência e aguardando a prometida construção da nova cidade.

A construção da nova cidade

Com o fim da enchente, surgiu a ideia de construir uma nova cidade nas áreas mais altas, conhecidas como tabuleiros. Um plano foi elaborado pelo secretário estadual de agricultura do Rio Grande do Norte, Sr. Geraldo Bezerra (Diário de Natal, 1974), que destacou a necessidade de que as cidades atingidas pelas catástrofes desenvolvessem um projeto de reconstrução e repovoamento em locais seguros, visando evitar a repetição do evento calamitoso. A construção contou com o apoio do então prefeito de Carnaubais, Valdemar Campiolo Maresco, além da colaboração da SUDENE, do Governo do Estado, da Comissão de

Defesa Civil, da Embaixada do Canadá, da Cruz Vermelha Internacional e dos moradores locais (Dantas, 1983; Diário de Natal, 1975).

A nova cidade de Carnaubais foi erguida a cerca de 2 km do antigo centro e entregue em 1976. Segundo a SUDENE, a obra custou 2 milhões de cruzeiros, sendo Cr\$ 1,2 milhão provenientes da SUDENE, Cr\$ 400 mil do Governo do Estado do Rio Grande do Norte e Cr\$ 400 mil da Embaixada do Canadá, que participou da iniciativa de prevenção às enchentes no Nordeste brasileiro. O projeto arquitetônico e urbanístico, elaborado pela Companhia Brasileira de Habitação (COHAB), foi desenvolvido coletivamente para reduzir custos e incluía uma avenida central com canteiros de 3 metros de largura, onde o centro se tornou ponto de encontro dos equipamentos urbanos e dos espaços de lazer da vida cotidiana (Diário de Natal, 1975-1976).

A construção iniciou-se com o desmatamento, terraplanagem e loteamento da área em 1974, seguido pelo levantamento topográfico em 1975, e, com sua conclusão, as obras foram iniciadas. O projeto previa 250 casas, mas apenas 147 foram entregues (Diário de Natal, 1975), em formato de conjuntos habitacionais compostos por dois quartos, uma sala, uma cozinha e um banheiro. Apesar de não terem sido entregues todas as unidades prometidas, os relatos orais indicam que as moradias foram doadas inacabadas. Além disso, a cidade começou a ser habitada sem pavimentação, energia elétrica ou água potável. Segundo o Sr. J.B.B.C (M, 70), um poço foi perfurado para o abastecimento de água, mas, conforme ele relatou, “só que a água não prestava, muito salgada, nem uma abelha pousou nela”.

A precariedade do abastecimento hídrico foi uma das principais dificuldades enfrentadas pelos novos moradores, que, apesar dos desafios, resistiram à mudança. A infraestrutura urbana, como escolas e outros equipamentos, foi sendo construída gradualmente. Outra condição imposta aos novos residentes foi a assinatura de um acordo obrigando-os a demolir suas antigas casas na Cidade Histórica, o que levou à destruição não apenas das moradias, mas também de prédios públicos (Diário de Natal, 1975).

A memória coletiva desempenhou um papel crucial na documentação desse processo, bem como na confrontação das diferentes versões dessa história. O Diário de Natal (1975) informou que o projeto previa uma taxa de Cr\$ 40,00 por mês, sem juros, para o recebimento das casas, valor que seria revertido em melhorias para a cidade. No entanto, os relatos orais revelam outra perspectiva, afirmando que as moradias foram entregues gratuitamente. Três entrevistados confirmaram essa versão, incluindo o Sr. J.B.B.C (M, 70), que recorda uma



reunião organizada pelo prefeito para discutir a cobrança da taxa. Segundo ele, um dos presentes afirmou categoricamente: “Aqui não se paga nada”. Diante da resistência popular, o plano de cobrança foi abandonado.

As transformações espaciais

Os períodos densos, definidos como momentos de intensa transformação socioespacial (Vasconcelos, 2009), e o conceito de eventos (Santos, 2006) podem ser utilizados conjuntamente para analisar mudanças na configuração espacial e nas relações sociais. A enchente de 1974, embora tenha durado pouco mais de um mês, teve um impacto profundo em Carnaubais, transformando o espaço da Cidade Histórica por meio de sua força devastadora e pelas consequências duradouras. Esse episódio é característico dos períodos densos (Vasconcelos, 2009), marcados por modificações de alta intensidade e curta duração.

As inundações são fenômenos naturais dos cursos d’água e fazem parte de sua dinâmica intrínseca. No entanto, quando o ser humano ocupa as planícies de inundação, torna-se vulnerável aos eventos naturais (Wollmann, 2015). Santos (2006) distingue eventos naturais, que decorrem da dinâmica própria da natureza, de eventos sociais, resultantes das ações humanas e das transformações que elas causam no meio ambiente. A enchente de 1974 pode ser vista como um evento natural, porém, ao considerar a ocupação humana na região afetada, percebe-se também um aspecto social, pois as intervenções humanas alteraram o meio natural, como descrito por Santos (2006, p. 96): “os eventos naturais se dão em lugares cada vez mais artificiais, que alteram o valor, a significação dos acontecimentos naturais”.

O conceito de evento, segundo Santos (2006), é compreendido em duas escalas: a primeira, relacionada às causas do evento, e a segunda, aos seus impactos. No contexto da pesquisa, a primeira escala da enchente de 1974 envolve os fatores naturais que a desencadearam, enquanto a segunda escala diz respeito aos seus impactos socioespaciais, como a destruição de moradias e a desestruturação social da Cidade Histórica. A construção da nova cidade foi uma resposta a esse evento, motivada pela necessidade de reassentar a população em uma área segura, nos tabuleiros. Essa ação humana e política modificou o espaço, transformando um meio natural em um meio artificial (Santos, 2006).

Para analisar as mudanças na Cidade Histórica, é essencial compreender as transformações socioespaciais ocorridas. Santos (2006) diferencia espaço de paisagem,



afirmando que “paisagem e espaço não são sinônimos. A paisagem é o conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza. O espaço são essas formas mais a vida que as anima”. A paisagem transcende seu tempo, unindo objetos oriundos de diferentes temporalidades em um mesmo espaço.

Essa complexidade temporal é exemplificada nas figuras 6 (A) e 6 (B). A figura 6 (A) mostra uma casa construída antes da enchente, quando o local ainda era a sede do município, representando um objeto-forma de uma temporalidade passada. Já a figura 6 (B) mostra uma moradia construída após a enchente, no mesmo terreno onde antes estava a Igreja Batista, demolida depois de 1974. Assim, ambos os objetos coexistem na paisagem atual, evidenciando as transformações espaciais e as heranças temporais deixadas pelo evento de 1974.

Figura 6: Casa construída antes da enchente de 1974 (A) e pós enchente (B).



Fonte: Pesquisa de campo (2022).

Em determinado período, a edificação fazia parte de um conjunto de formas-objeto, situada ao lado da igreja. No entanto, atualmente, é vizinha de uma casa mais nova, construída décadas depois. Esse fenômeno ilustra a coexistência de temporalidades na paisagem, conforme Santos (2006, p. 67), ao afirmar que “a paisagem existe através de suas formas, criadas em momentos históricos diferentes, porém coexistindo agora”.

Para descrever a paisagem atual, Santos (2006, p. 92) utiliza o conceito de rugosidade, definido como “o que fica do passado como forma, espaço construído, paisagem, o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares”. Essas rugosidades expressam momentos temporais passados, mantendo-se presentes na configuração espacial contemporânea.



As funcionalidades das formas-objeto na antiga cidade de Carnaubais foram transmutadas pelo sistema de valores da sociedade. Quando suas funções espaciais mudaram, também mudaram seus significados e sua morfologia. Assim, as formas e funções que coexistem na paisagem atual refletem as demandas e desejos sociais daquele momento. Essa interação evidencia que o espaço social é o agente ativo na modificação da paisagem e do espaço (Santos, 2006).

O período denso da Cidade Histórica de Carnaubais, compreendido entre 1974 (enchente) e 1976 (inauguração da nova cidade), foi um momento de ruptura e ressignificação dos valores sociais e das funcionalidades espaciais. A perda da centralidade da Cidade Histórica resultou em mudanças no sistema de valores e, conseqüentemente, na configuração territorial e na paisagem local (Santos, 2006; Vasconcelos, 2009).

Há inúmeros exemplos de transformações nas formas-objeto e funções na paisagem e no espaço da antiga cidade de Carnaubais. Esse processo de ressignificação dos valores locais foi influenciado pelo período denso, no qual eventos sociais e naturais se entrelaçam nessa dinâmica espacial. A configuração territorial da Cidade Histórica pode ser analisada em dois períodos fundamentais: antes da enchente de 1974 e as repercussões desse evento, como a construção da nova cidade e a conseqüente perda de centralidade da Cidade Histórica. Esses eventos atuaram como um verdadeiro “divisor de águas” para aquele espaço, mudando profundamente sua configuração socioespacial (Santos, 2006; Vasconcelos, 2009).

Considerações Finais

A cidade histórica de Carnaubais está situada na planície de inundação do rio Piancó-Piranhas-Açu, o que a torna vulnerável a eventos naturais de inundações, fenômeno recorrente na história do rio. Apesar desse risco, a fertilidade do solo e a proximidade com o curso d'água motivaram a ocupação humana na região. Contudo, a grande enchente de 1974 alterou definitivamente a configuração espacial da cidade, dividindo sua história em dois períodos marcantes: antes e após a enchente. A memória coletiva evidencia as vivências desse evento, desde a fuga das águas até a reconstrução das vidas afetadas. Esse episódio deixou marcas profundas na população local, modificando a rotina dos cidadãos, sendo lembrado como um marco na história da cidade.



A enchente de 1974 e a construção da nova cidade-sede foram fatores determinantes na transformação dos sistemas de objetos e ações da “Cidade Velha”. Esses acontecimentos alteraram as formas e funções do espaço urbano, ressignificando seu sistema de valores e influenciando a atribuição de novos significados às formas-objeto visíveis na paisagem e na configuração territorial atual. Essas transformações refletem os desejos e significados atribuídos pela sociedade contemporânea, evidenciando a coexistência de diferentes temporalidades, conhecidas como rugosidades. Dessa forma, a Cidade Histórica apresenta múltiplas espaço-temporalidades, o que torna essencial a análise conjunta do tempo e do espaço para compreender sua formação e transformação espacial.

Os relatos orais foram o principal alicerce para resgatar a memória coletiva da cidade, fornecendo uma fonte abundante de detalhes e revelando as vivências dos sujeitos que testemunharam o evento. Esse método destaca a importância de estudar as memórias espaciais dos lugares e suas histórias, contribuindo para a compreensão das pequenas e médias cidades, muitas vezes negligenciadas em produções científicas. Durante a pesquisa, ficou evidente o valor de explorar um recorte espacial como o de Carnaubais, uma pequena cidade do interior norte-rio-grandense, ressaltando as experiências dos indivíduos frequentemente invisibilizados.

Um aspecto significativo observado ao final das entrevistas foi a percepção dos sujeitos de que seus conhecimentos eram de pouca importância. Esse fenômeno evidencia a necessidade de dar voz a esses indivíduos, cujas realidades são frequentemente ocultadas em função de relações dialéticas de classes sociais. Portanto, é essencial explorar mais amplamente as espaço-temporalidades de lugares como as pequenas cidades na perspectiva da Geografia Histórica, valorizando as vivências dos diferentes sujeitos sociais.

O estudo sob a ótica da Geografia Histórica apresentou desafios, mas os resultados foram frutíferos, possibilitando a compreensão dos diversos aspectos que influenciaram a formação socioespacial da antiga cidade de Carnaubais. Ao analisar as transformações na Cidade Histórica, ficou claro que eventos naturais e sociais estão intrinsecamente ligados às dinâmicas espaciais, moldando o território e ressignificando seu valor ao longo do tempo.

REFERÊNCIAS

ABREU, M. A. **Escritos sobre o espaço e a história**. Rio de Janeiro: Garamond, 2014.



ANA - AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS. **Reservatórios do Semiárido**

Brasileiro: Anexo B Piancó Piranhas-Açu Hidrologia, Balanço Hídrico e Operação. Brasília – DF. Superintendência de Planejamento de Recursos Hídricos – SPR. 2017.

ANDRADE, R. C. G. **A Cidade de Coremas/PB:** Geografia Histórica de uma cidade pequena. 2008. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-Graduação em Geografia) – Universidade Federal da Paraíba UFPB/BC, João Pessoa, 2008.

CPRM. **Relatório de Ação Emergencial para Delimitação de Áreas em Alto e Muito Alto Risco a Enchentes e Movimentos de Massa.** Município de Carnaubais – Rio Grande do Norte. Recife, 2014.

CPRM. Relevô. In: CPRM. **Geodiversidade do Estado do Rio Grande do Norte.** Programa Geologia do Brasil; Levantamento da Geodiversidade. Rio de Janeiro, 2010, p.79-92.

CARNEIRO, P. A. S. Questões teóricas e tendências da Geografia Histórica. **GEOgraphia**, Niterói, v.20, n.42, p.26-37, jan./abr. 2018

CORRÊA, R. L. **Organização espacial.** In: CORRÊA, R. L. *Região e organização espacial.* 8. ed. São Paulo: Ática, 2007. p. 26-44.

CORRÊA, R. L. Rede urbana: reflexões, hipóteses e questionamentos sobre um tema negligenciado. **Cidades.** Presidente Prudente, v.1, n.1, p.65-78, 2004.

DANTAS, L. G. C. **Um poço da lavagem no coração da pátria varzeana.** Natal: Unilivreira Editora, 2019.

DANTAS, L. G. C. **As marcas de uma luta.** Carnaubais: Coleção Carnaubense, 2011.

DANTAS, L. G. C. **Carnaubais nossa terra.** Carnaubais: [s.l.], 1983.

DELGADO, J. A. S. A várzea e as enchentes. **Confins – Revista Franco-Brasileira de Geografia**, São Paulo, n.44, p.1-5, 2020.

DIÁRIO DE NATAL (RN) - 1970 a 1979. Hemeroteca Digital Brasileira. Biblioteca Nacional Digital. Fundação Biblioteca Nacional. 1970-1979. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=028711_02&pagfis=11 Acesso: 25 out 2022.

ERTHAL, R. Geografia Histórica – considerações. **GEOgraphia**, Niterói, a.5, n.9, p.29-39, 2003.

ERRANTE, A. Mas Afinal, a memória é de quem? história orais e modos de lembrar e contar. **História da Educação.** Pelotas, v.8, p.141-174, s.d.

KÖENE, R. A relação entre as inundações e as características geomorfológicas da cidade de Rio Negro/PR. **Geografia Ensino & Pesquisa**, Santa Maria, v.17, n.3, p.175-190, set./dez. 2013.



LEAL, V. N. Indicações sobre a estrutura e o processo do “coronelismo”. In: LEAL, V. N. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo**. 7 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p.19-36.

MELO, G. F. M. **A Santa Luzia do meu tempo**. Carnaubais: Coleção Carnaubense, 2010.

NOSSA Gente, Nossa História. Direção: Zelitto Coringa. Produção: Zelitto Coringa. ZCriar: Projeto Cultura & Produções Artísticas. [Documentário postado no You Tube].18 de set. de 2021. 1 vídeo (1h.17 min:12 sec). Publicado no canal Zcriar. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5FdNgGeLvfk>. Acesso: 03 de out. 2022.

OLIVEIRA, E. J. F. **Rede urbana e centralidade urbano regional: Campina Grande e Mossoró**. 2019. 393f. Tese (Doutorado em Programa de Pós-Graduação em Geografia) - Universidade Federal da Paraíba -UFPB/BC, João Pessoa/PB, 2019.

PREFEITURA DE CARNAUBAIS. **Carnaubais: dados do município**. Disponível em: <https://carnaubais.rn.gov.br/omunicipio.php>. Acesso: 14 dez de 2022.

SANTOS, M. **A Natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: EDUSP. 4. ed. 2. reimpr. 2006. (Coleção Milton Santos; 1),

SANTOS, M. **Por uma Geografia nova: da crítica da Geografia a uma Geografia crítica**. São Paulo: EDUSP, 2002.

SILVA, C. A. P. **Aspectos geográficos e histórico de Carnaubais/RN**. Carnaubais: [s.n.] 1978.

SILVEIRA, S. F. **Os montenegros no Vale do Açu: um jugo coronelista?** 1995. Monografia (Disciplina Pesquisa Histórica II) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.

SOUZA, F. A. O. **A historiografia da terra dos verdes Carnaubais: da origem a atualidade**. Carnaubais: Coleção Carnaubense. 2011.

VASCONCELOS, P. A. Questões metodológicas na Geografia Urbana Histórica. **GeoTextos**, Salvador, v.5, n.2, p.147-157, 2009.

WOLLMANN, C. A. Revisão teórico-conceitual do estudo das enchentes nas linhas de pesquisa da Geografia Física. **Revista Eletrônica Geoaraguaia**. Barra do Garças, v.5, n.1, p.27-45, jan./jul. 2015.

